

Doenças Crônicas Não Transmissíveis, um grande desafio da sociedade contemporânea

A Revista Ciência e Saúde Coletiva dedica este número às “Doenças e Agravos Associados ao Estilo de Vida”, e aborda a complexidade das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) no Século XXI. As DCNT, ou doenças cardiovasculares, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas têm gerado elevado número de mortes prematuras, perda de qualidade de vida e ocasionado impactos econômicos negativos para famílias, indivíduos e a sociedade em geral. Elas são hoje responsáveis por 72% da mortalidade no Brasil e mais prevalentes entre as pessoas de baixa renda, por estarem mais expostas aos fatores de risco e terem menos acesso aos serviços de saúde. O aumento da carga de DCNT reflete os efeitos negativos da globalização, da urbanização rápida, da vida sedentária e da alimentação com alto teor calórico e do marketing que estimula o uso do tabaco e do álcool.

Deter o crescimento das DCNT é um desafio que levou as Nações Unidas a convocar uma reunião de alto nível em 2011, que resultou num plano global de enfrentamento aprovado por mais de 190 países membros em maio de 2013. Esse compromisso foi assumido pelo Brasil que lançou o Plano Nacional de enfrentamento de DCNT 2011-2022, contendo metas de redução da mortalidade e dos fatores de risco. A queda nas taxas das DCNT requer compromissos dos governos, do setor público e privado e de toda a sociedade. Não pode ser tratada apenas como opção individual de escolhas saudáveis.

A Organização Mundial da Saúde divulgou, em 2011, intervenções consideradas mais custo-efetivas, na proteção contra as DCNT e recomendou que sejam executadas imediatamente para que produzam resultados que salvem vidas, previnam doenças e reduzam custos sociais. Dentre as medidas, destacam-se o aumento de impostos e do preço do tabaco, criação de ambientes livres de tabaco, advertências sobre os perigos do consumo desse produto e da propaganda sobre ele. Essas medidas, na maioria, já foram implantadas no Brasil e resultaram numa das maiores reduções globais da carga tabágica. O país saiu de 34,8% de fumantes em 1989 para 12,1% em 2012, segundo a última pesquisa do Vigitel nas capitais. As medidas protetoras contra o consumo abusivo do álcool consistem na restrição da venda no varejo, na proibição da venda aos menores e na aplicação das relativas à lei sobre interdição do álcool para quem dirige veículo automotor. Na alimentação, destacam-se as medidas que visam a reduzir o sal nos alimentos, eliminação das gorduras trans, promoção da amamentação adequada e restrições sobre o marketing de alimentos, especialmente para crianças.

A OMS destaca a importância de se investir na comunicação sobre alimentação e atividade física e na promoção de programas de atividade física e alimentação saudável nas escolas, nos ambientes de trabalho e nos espaços comunitários. Incita também a que se invista em espaços saudáveis, na mobilidade urbana de forma ativa, como é caso das ciclovias, locais para caminhadas, exercícios físicos e transporte coletivo.

Portanto, prevenir as DCNT implica em atuar em medidas regulatórias de tabaco, álcool e alimentos, construção de espaços urbanos saudáveis e investimento em políticas públicas que visem à proteção coletiva. Ou seja, implica em decisões que envolvem os poderes públicos, mas, principalmente, a adesão e a mobilização da sociedade, buscando-se novas perspectivas sustentáveis e saudáveis de vida.

Para o enfrentamento das DCNT, além da organização do setor saúde para garantir acesso à assistência, promoção, prevenção e vigilância torna-se essencial articular ações intersetoriais, em especial, as que contribuem para reduzir desigualdades sociais e proteger as populações mais vulneráveis, dentre elas as crianças e adolescentes. As políticas para o enfrentamento das DCNT devem ser articuladas, integradas e cooperativas.

Deborah Carvalho Malta

Diretora de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde

